



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP

NOTIFICAÇÃO

Interessado: **JORGE ALEJANDRO VIDOZA GUILLEN**

Referência: **Processo SEI nº 08506.001773/2021-67**

Assunto: **Perda de Autorização de Residência**

Considerando a decisão do Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo, que decretou a **PERDA** da autorização de residência do(a) interessado(a) acima qualificado(a);

Fica o(a) mesmo(a) notificado(a), a, nos termos do Art. 109, II, da Lei n.º 13.445/2017 e do art. 176, §1º, inc. III, do Decreto 9199/2017, para que no prazo de **SESENTA DIAS**, contado da data desta notificação, regularize a sua situação migratória ou deixe o País voluntariamente, ou, ainda, para que no prazo de **DEZ DIAS**, também contados da data desta notificação, interponha recurso contra a referida decisão, conforme art. 134 do mesmo Decreto, pessoalmente ou se fazendo representar por advogado legalmente constituído, conforme inc IV do art. 3º da Lei 9784/99, podendo este recurso ser protocolizado em qualquer unidade de Polícia Federal, devendo ser enviado ao Superintendente Regional que proferiu a decisão recorrida, para efeito de tempestividade e juízo de reconsideração, nos termos do § 1º do art. 5º da Portaria Interministerial 8166 - DG/PF - 2018.

O recurso poderá ser apresentado por meio eletrônico no endereço <ure.cas.sp@pf.gov.br>.



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA QUEIROZ RIBEIRO, Agente Administrativo(a)**, em 20/10/2021, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20747666** e o código CRC **F3716373**.